

## UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DE DADOS DE *BUSINESS INTELLIGENCE* (BI) NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME

*Wanderson Alessandro da Silva Fortes*  
*Jorge Eduardo Tasca*

### RESUMO

O presente trabalho visa analisar a aplicação de *Business Intelligence* da Polícia Militar de Santa Catarina como suporte para a aplicação de técnicas de prevenção situacional do crime. Para tanto, pretende-se realizar uma pesquisa sobre o modelo de prevenção situacional do crime buscando seus conceitos e sua relação com as teorias da criminologia ambiental e suas principais técnicas aplicadas em *hot spots* e instalações de risco. Em seguida, busca-se apresentar informações sobre *Business Intelligence* tais como *Data Warehouse*, *Data Mining* e *Online Analytical Processing*, para assim ser possível analisar a capacidade da aplicação de BI da PMSC na geração de conhecimento para o planejamento e execução de ações de prevenção situacional do crime. Utilizou-se o método de pesquisa dedutivo com a finalidade de proporcionar conhecimentos gerais sobre a aplicação de BI no planejamento e execução de ações de prevenção situacional do crime. É uma pesquisa exploratória onde se utilizou a técnica bibliográfica para buscar conhecimentos sobre prevenção situacional do crime e *Business Intelligence*, afim de entender a relação entre os temas e analisar até que ponto a aplicação do BI nas ações de prevenção situacional do crime permite identificar ambientes considerados *hot spots* ou instalações de risco e suas principais vulnerabilidades ao crime. Ao final, o presente trabalho ainda conclui pela importância do BI da PMSC no planejamento e execução de ações de prevenção situacional, opinando pela ampliação do banco de dados com a aplicação de visitas preventivas e visitas preventivas pós-crime.

**Palavras-chave:** Prevenção Situacional do Crime. Hot Spots. Instalações de risco.  
Business Intelligence.

## 1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de superar o paradigma do modelo tradicional de polícia em que as ações eram exclusivamente reativas, várias instituições policiais passaram a adotar um modelo de policiamento orientado a solução de problemas (HIPÓLITO; TASCA, 2012). Com o intuito de mitigar ou até mesmo evitar a ocorrência de crimes, essas instituições policiais passaram a elaborar e executar ações preventivas, dentre as quais se destacam as ações de prevenção situacional do crime que se referem às iniciativas voltadas a reduzir as oportunidades e aumentar os riscos e dificuldades para a ação infracional (ROLIM, 2006).

O universo policial compreende a gestão da ordem pública em grandes áreas territoriais, de modo que a implementação de ações preventivas demanda ferramentas capazes de auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão nas esferas estratégica, tática e operacional. Nesse sentido, a Polícia Militar de Santa Catarina implantou a ferramenta de *Business Intelligence* chamada QLIKVIEW por meio do seu Plano de Comando (SANTA CATARINA, 2013). Através do aplicativo “BI Gestão Operacional SISP” passou a ser possível visualizar informações acerca da prática de crimes em determinadas espaços territoriais, orientando o planejamento e a execução de ações operacionais. Dessa forma, diante da necessidade de conhecer profundamente as vulnerabilidades dos espaços territoriais em que ocorrem crimes e de definir quais técnicas de prevenção situacional aplicar, deve-se analisar se a aplicação do BI da PMSC fornece o conhecimento necessário para o desenvolvimento de ações de prevenção situacional do crime.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A Prevenção como atividade de Segurança Pública

A palavra prevenção é usualmente utilizada para se referir ao ato de se antecipar às consequências de uma ação com o objetivo de evitar seu resultado. Atualmente é sob essa premissa que as instituições de segurança pública superam o paradigma da repressão, buscando novas alternativas eficazes ao modelo de segurança pública.

No Brasil, por terem como atribuição constitucional o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, as Polícias Militares devem estar à frente de ações dirigidas à solução dos problemas de crime e de violência. No momento que percebem que uma atitude individual ou coletiva irá resultar em perturbação da ordem pública, ações preventivas devem ser prontamente elaboradas e aplicadas. Assim, fica claro que a atividade de polícia não se restringe somente às atividades de repres-

são, mas também à prevenção daqueles fatos que atentam contra a ordem pública, conforme explica o Guia para prevenção do crime da SENASP (BRASIL, 2005).

Gärtner (2008) afirma que as ações de prevenção são altamente proativas diante do fato de que sua idéia é precipitar os fatos por meio de intervenções antecipatórias. O autor ainda explica que as ações preventivas são muito vantajosas, pois visam não somente a diminuição da taxa de ocorrências mas também a melhora da percepção da segurança.

Assim, é possível perceber que no âmbito da segurança pública a prevenção compreende quaisquer ações que pretendem evitar a ocorrência reiterada de delitos em certos locais. Dessa forma é importante conhecer as espécies de prevenção hoje estabelecidas pela doutrina.

Basicamente, existem três níveis de prevenção do crime, conforme explica Marcos Rolim:

a prevenção primária, na qual as medidas e as políticas públicas têm como alvo a comunidade inteira; a prevenção secundária, em que medidas e políticas orientam-se para a proteção de pessoas com alto risco de se iniciarem na delinquência; e a prevenção terciária, cujo alvo específico são aqueles que já iniciaram um processo de criminalização. (ROLIM, 2006, p. 113).

Diante da classificação apresentada, há uma variedade de abordagens preventivas ao crime, sendo que se diferem de acordo com os tipos de atividades desenvolvidas. As abordagens de prevenção podem se classificar em: prevenção social, prevenção desenvolvimental e prevenção situacional.

Para Lopes, Santos e Hoffman (2012), a prevenção social se caracteriza pelas ações sobre as causas sociais do delito objetivando a redução da motivação criminal, ou seja, atua sobre o perpetrador do crime com a finalidade de suprimir suas razões de praticar o crime. A prevenção desenvolvimental é aquela que direciona os recursos e os esforços das ações preventivas para intervir nos costumes de indivíduos, famílias, escolas ou comunidades, para identificar padrões de risco associados ao comportamento delinquente futuro e demais problemas.

Já a prevenção situacional, objeto deste trabalho, tem como finalidade reduzir as oportunidades para que o delito ocorra contra um alvo em um determinado ambiente. Para Oliveira (2006), a prevenção situacional repousa na idéia de que um determinado tipo de delito pode ser evitado quando existir o domínio ou controle dos ambientes nos quais tais delitos ocorrem.

Nessa perspectiva, o guia para prevenção do crime da SENASP (BRASIL, 2005, p. 52) define prevenção situacional como “uma estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas à redução das oportunidades para a prática de crimes e violências na sociedade”.

A prevenção situacional baseia-se nas teorias da criminologia ambiental, e tem como finalidade reduzir as oportunidades e aumentar os riscos da prática do crime. Assim, entender as diferentes abordagens disponíveis e sua correlação com as teorias da criminologia é crucial para desenvolver programas efetivos de prevenção situacional.

## **2.2 As teorias da Criminologia Ambiental relacionadas ao modelo de prevenção situacional**

Em busca de uma abordagem distinta da criminologia tradicional, alguns estudiosos como Paul e Patrícia Brantingham (1990), John Eck (2012), Ronald Clarke e Marcus Felson (1998), dentre outros, começaram a desenvolver um novo tipo de abordagem do crime. Sabendo que todo crime acontece em um ambiente físico específico, perceberam a necessidade de projetos de prevenção voltados à gestão do ambiente físico em que ocorre o crime.

Ao contrário das teorias da criminologia tradicional, o foco de atenção das novas teorias tornou-se o crime e suas dimensões, e não a figura do criminoso ou as suas motivações intrínsecas para cometer crimes. Molina e Gomes (1997) ensinam que enquanto os antigos pesquisadores entendiam o delito como fenômeno causal, fortuito, aleatório, os novos pesquisadores da criminologia ambiental defendiam o crime como fenômeno seletivo, onde infrator procura o lugar e momento oportuno e a vítima propícia.

Assim, os teóricos da criminologia ambiental orientaram seus estudos para as dimensões do crime com o foco em prevenir a ocorrência de crimes e não em recuperar ou ressocializar o criminoso. Diante dessa discussão, surgiram algumas teorias acerca da criminologia ambiental, tais como a teoria das atividades rotineiras, a teoria da escolha racional, a teoria do padrão criminal e a teoria da oportunidade.

### **2.2.1 Teoria das Atividades Rotineiras (Routine Activities Theory)**

A teoria das atividades rotineiras foi inicialmente proposta por Lawrence Cohen e Marcus Felson os quais estabeleceram que o crime predatório ocorria quando um provável infrator e um alvo adequado convergiam no mesmo tempo e lugar, sem a presença de um guardião capacitado (VITO; HOLMES; MAAHS; 2007). Nessa teoria se originou o triângulo de análise do crime em que cada lado representa o infrator, o alvo e o local.

Cohen e Felson utilizaram essa teoria para explicar porque as taxas de crime aumentaram substancialmente entre a década de 1950 e 1970 nos países ocidentais. E eles perceberam que durante esse período de tempo, as mulheres começaram a sair de seus lares para trabalharem, razão pela qual suas casas ficavam sem um guardião facilitando assim o acesso aos locais (VITO; HOLMES; MAAHS; 2007).

## 2.2.2 Teoria da Escolha Racional (Rational Choice Theory)

Já diante da premissa de que os ofensores tomam decisões através de um processo racional, a teoria da da escolha racional pressupõe que os indivíduos irão pesar os custos ou as consequências do crime com o benefício a ser obtido, antes de se engajarem na prática do ato criminoso (ROLIM, 2006).

Viapiana (2006) explica que nessa escolha, são ponderados benefícios líquidos esperados e os custos implícitos da ação, entre os quais a probabilidade de prisão e condenação. Portanto, a abordagem de Felson e Clark (1998) determinou que a simples ganância do criminoso não bastava, agindo com uma racionalidade baseada em alguns fatores como a percepção de risco e do lucro.

## 2.2.3 Teoria do Padrão Criminal (Crime Pattern Theory)

Diante da hipótese de que o crime não é um evento aleatório, Paul e Patricia Brantingham (1990) perceberam que todos os indivíduos se movem enquanto realizam várias atividades. Essas atividades, quando realizadas frequentemente, criam um modelo de deslocamento das pessoas em um espaço geográfico que será rastreado por indivíduos que praticam atos criminosos e procuram um determinado alvo ou vítima de acordo com seu objetivo.

Rachel Boba (2005) sucintamente explica que eventos criminosos geralmente ocorrem em áreas onde o espaço de atividades dos criminosos se suplantam ao espaço de atividades dos alvos ou vítimas. Assim, analisando o número de alvos ou vítimas e a ocorrência de crimes, seria possível construir um padrão criminal que mostra um agrupamento geográfico com a distribuição temporal e espacial das vítimas, alvos e ofensores.

## 2.2.4 Teoria da Oportunidade (Crime Opportunity Theory)

Relacionada com a teoria das atividades rotineiras, essa teoria é revelada por Felson e Clarke os quais elencam dez princípios básicos acerca da relação do crime com as oportunidades:

1. Oportunidades desempenham um papel causal em todos os crimes;
  2. Oportunidades de crime são altamente específicas;
  3. Oportunidades de crime estão concentradas no tempo e no espaço;
  4. Oportunidades de crime dependem dos movimentos diários;
  5. Um crime produz oportunidades para outro;
  6. Alguns produtos oferecem oportunidades de crime mais tentadores;
  7. Mudanças sociais e tecnológicas produzem novas oportunidades de crime;
  8. Oportunidades para o crime podem ser reduzidas;
  9. Redução das oportunidades não costuma deslocar crime;
  10. Focar na redução das oportunidade pode produzir quedas na prática de crime.
- (FELSON; CLARKE, 1998, p. 9).

Lopes, Santos e Hoffmann (2012) destacam que para essa teoria a oportunidade é considerada uma das principais causas do crime, ou seja, o comportamento criminoso é resultado da interação entre o indivíduo com o ambiente e pelas oportunidades que são criadas.

### **2.3 Prevenção Situacional: conceito e aplicação em hot spots e instalações de risco**

Originalmente, a prevenção situacional surgiu na década de 1970 enquanto Ronald Clarke era diretor do departamento de investigações do *Home Office* britânico. O referido departamento realizou um estudo sobre suicídios e descobriu que a substituição do gás para uso doméstico, com alto índice de monóxido de carbono (CO), para um novo gás, contendo gás natural, em toda a Inglaterra, foi responsável por uma redução substancial dos índices de suicídio (CARVALHO, 2005).

Para Carvalho (2005), essa espécie de prevenção nada mais era do que um tipo de abordagem situacional com iniciativas voltadas a reduzir as oportunidades no cometimento dos suicídios. E diante dessa constatação, Ronald Clarke pensou que se isto podia afetar uma decisão tão séria como o suicídio, podia ser também verdade no caso de delitos.

A implementação de ações de prevenção situacional sob determinadas oportunidades do crime tendem a gerar efeitos imediatos. Essa afirmação é consequência dos ensinamentos de Clarke e Eck os quais explicam que:

um importante princípio da prevenção criminal sustenta que o crime é altamente concentrado entre determinadas pessoas, locais e coisas; Como este princípio sugere, a incidência dos recursos sobre estas concentrações, provavelmente, renderá o máximo de benefícios preventivos. (CLARKE; ECK, p. 10).

Nessa linha, a prevenção situacional pode ser direcionada para intervir em ambientes e alvos específicos onde há a incidência de determinados tipos de delitos, a fim de tornar seu cometimento menos atraente, aumentando os riscos palpáveis de fracasso, bem como aumentando a sensação de captura dos perpetradores.

#### **2.3.1 A correlação entre os conceitos de Hot Spots e de Instalações de Risco**

Áreas em que há maior incidência do crime são definidas como *hot spots* e mesmo que não exista uma definição precisa, autores como Sherman (1996) explicam que locais em que a ocorrência de crimes é tão frequente são rotulados de *hot spots*.

Molina e Gomes (1997) explicam que esses “pontos quentes” se caracterizam como áreas ou lugares que aumentam as oportunidades criminosas. Portanto, os ambientes que devido sua vulnerabilidade são alvos prováveis de incidência de crimes são denominados *hot spots*.

Por exemplo, utilizando a definição de *hot spots*, um oficial de Polícia Militar, no exercício da sua atividade de polícia, poderia realizar um levantamento acerca das ocorrências policiais e perceber que há uma grande taxa de criminalidade em parques municipais, classificando assim, os parques municipais como *hot spots*.

Por outro lado, os pesquisadores Clarke e Eck (2012, p. 14) passaram a identificar dentro dos *hot spots* as denominadas instalações de risco, explicando que as várias “instalações de risco podem surgir como *hot spots* nos mapas criminais das cidades”.

A teoria das instalações de risco foi elaborada por Clarke e Eck e publicada no guia policial “Understanding Risky Facilities”, guia este que foi apoiado pelo “Office of Community Oriented Policing Services”, do Departamento de Justiça Americano (CLARKE; ECK, 2012).

Os autores Clarke e Eck (2012, p. 11) explicam que a teoria das instalações de risco é baseada na regra 80-20 e “que somente uma pequena proporção de um tipo específico de instalações é responsável pela maioria dos crimes e dos problemas de desordem sofrido, ou causados, pelo grupo de instalações semelhantes no seu todo”.

Assim como exemplificado anteriormente, através da teoria das instalações de risco, se o Oficial da Polícia Militar realizar uma análise mais específica da ocorrência de crimes em parques municipais perceberá que somente uma diminuta porcentagem de parques é responsável pela maioria das ocorrências do todo.

Para Clarke e Eck (2012), realizar a correta análise dos fatos, identificando as instalações de risco, é crucial para o sucesso das ações de prevenção situacional, pois é possível verificar quais instalações são acometidas pela maioria dos problemas e quais menos. Enfatizando a importância dessa teoria para a aplicação de estratégias de prevenção situacional, Clark e Eck (2012) ainda explicam que é possível realizar uma comparação dos problemas existentes numa determinada instalação com as instalações semelhantes existentes nas imediações.

Portanto, é possível concordar que a adoção da teoria das instalações de risco é recomendada pelo fato de que direciona os esforços aos locais onde realmente acontecem distúrbios e crimes. Afinal, para aqueles que se voltam à elaboração de boas práticas de prevenção situacional dentro de um modelo de polícia orientada à solução de problemas, identificar as instalações de risco e suas características é primordial para planejar e determinar quais as técnicas de prevenção situacional serão utilizadas no caso concreto.

#### **2.4 As Técnicas de Prevenção Situacional aplicáveis em hot spots e instalações de risco**

Pragmaticamente, cabe saber que a prevenção situacional do crime fornece uma estrutura de padrões para intervir nos problemas criminais. Avaliando as oportunidade que cada situação do crime proporciona, é possível identificar as técnicas

adequadas de intervenção, destinadas a modificar as situações que proporcionam a prática de crime.

Atualmente, Carvalho (2005) explica que Cornish e Clark estabeleceram um modelo de técnicas de prevenção situacional divididas em cinco grupos, os quais são destinados a aumentar os esforços, aumentar os riscos, reduzir as recompensas, reduzir as provocações e remover as desculpas para o crime. Tais métodos de abordagem ao crime são desmembrados em 25 técnicas específicas que podem ser aplicadas ao caso concreto (SAMPAIO, 2007).

O primeiro bloco de técnicas, aumentar os esforços, trata-se da categoria mais básica das medidas de prevenção situacional e compreende as seguintes técnicas: a) dificultar o alvo/vítima; b) controlar o acesso a estabelecimentos; c) inspecionar as saídas; d) desviar a atenção dos infratores e; e) controlar as ferramentas/armas (CLARKE; ECK, 2012). Pode ser que na prática ocorra sobreposição de algumas técnicas, mas dependerá das características do local. Por exemplo, se um determinado estabelecimento é identificado como uma instalação de risco, é possível realizar revistas para assim controlar o acesso de suspeitos, bem como controlar entrada de armas.

Constituindo o segundo bloco de técnicas de prevenção situacional, aumentar os riscos, desmembrar-se-á em: a) estender a vigilância; b) ajudar a vigilância natural; c) reduzir o anonimato; d) usar os gerentes dos locais e; e) reforçar a vigilância formal (CLARKE; ECK, 2012). Lopes, Santos e Hoffmann (2012) explicam que aumentar os riscos implica em incrementar os riscos percebidos pelo infrator de que ele não conseguirá concluir o ato criminoso. Por exemplo, se uma rua for identificada como locais vulneráveis à ocorrência de crimes podem ser tomadas medidas como presença policial para reforçar a vigilância formal, bem como reforçar a iluminação pública para ajudar a diminuir o anonimato dos criminosos.

Analisando o terceiro bloco de técnicas desenvolvidas para a redução das recompensas, verifica-se que se baseia em reduzir as recompensas que o infrator terá com a prática daquele delito (LOPES; SANTOS; HOFFMANN, 2012). Clarke e Eck (2012) enumeram as seguintes técnicas: a) ocultar os alvos; b) remover os alvos; c) identificar as propriedades; d) interromper os mercados e; e) negar os benefícios.

Uma medida muito eficaz é remover os alvos, que pode ocorrer através da substituição de um objeto por outro sem valor para o criminoso, ou seja, se identificada uma área com alto índice de furto e roubo a estabelecimentos comerciais, incentivar a substituição do uso de dinheiro em moeda pelo cartão magnético irá diminuir o fluxo de caixa, diminuindo então a prática de crimes. Para Molina e Gomes (1997), qualquer técnica que torne nulo o lucro do infrator, minimizando sua recompensa, é considerada um método capaz de prevenir o crime.

No quarto bloco de técnicas, reduzir as provocações, são desenvolvidas as seguintes técnicas: a) reduzir as frustrações e o estresse; b) evitar as disputas; c) reduzir o

estímulo e atração; d) neutralizar a pressão de grupos e; e) inibir a imitação (CLARKE; ECK, 2012). Dessa forma, deve-se utilizar técnicas com o objetivo de manter um estado de tranquilidade em locais utilizados por vários indivíduos, instaurando assim, um estado de sossego nas pessoas.

Reduzir a pressão exercida pelos colegas ou integrantes de um grupo tem por escopo orientar os indivíduos a não se sujeitarem às opiniões de outras pessoas, que podem induzi-los a prática de crimes. Clarke e Eck (2012) ainda citam exemplos de uma propaganda veiculada Austrália em locais com alto índices de acidentes com objetivo dissuasório das opiniões alheias com o slogan “Os bons amigos não deixam os amigos beber e conduzir”.

Na quinta categoria de técnicas de prevenção situacional, reduzir as desculpas, tem-se enumeradas as seguintes técnicas: a) definir regras; b) publicar instruções; c) alertar as consciências; d) ajudar na obediência às regras e; e) controlar as drogas e as bebidas alcoólicas (CLARKE; ECK, 2012).

Assim, busca-se evitar as desculpas que os infratores podem dar para “racionalizar” ou justificar suas ações. Para tanto, deve-se estabelecer regras definindo, de forma clara, quais as restrições ou permissões (o que pode e o que não pode) para um determinado local, evento ou situação. Lopes, Santos e Hoffmann (2012) ressaltam também que as regras definidas devem ser expostas ao público, por meio de placas, cartazes ou folders.

#### 2.4.1 Os acrósticos V.I.V.A. e C.R.A.V.E.D. para a preservação do alvo

Já em relação ao elemento do crime alvo/vítima existem dois conjuntos de técnicas de prevenção situacional descritos através dos acrósticos VIVA (FELSON; CLARKE, 1998) e CRAVED (CLARKE, 1999) que tratam de determinadas características que quando alteradas ou manipuladas podem diminuir a ocorrência de crimes.

Quatro elementos principais influenciam o risco de um ataque criminoso a um alvo, os quais se resumem no acróstico VIVA. São os referidos elementos: valor, inércia, visibilidade e acesso (FELSON; CLARKE, 1998).

Em relação ao valor do alvo, toma-se como premissa que os agressores não terão interesse por alvos que não tenham valor para eles, determinando condutas diversas em relação ao objetos tidos como alvo. Se o infrator não consegue transformar o objeto em recompensa financeira, então ele não terá interesse em subtrair o objeto. Lopes, Santos e Hoffmann (2012, p. 75) explicam que “um CD de música clássica, por exemplo, não exerce atrativo nenhum para o agressor, exceto se conseguir transformá-lo em dinheiro”.

A inércia refere-se ao peso do objeto e a possibilidade de ser transportado, ou seja, os alvos mais propensos a ataques criminosos são aqueles considerados fáceis de serem carregados (CARVALHO, 2005). Só serão alvos de ataques criminosos aqueles objetos que possam ser carregados.

A visibilidade diz respeito ao fatos de vigilância natural do ambiente em que o alvo está inserido. A possibilidade de ataques por parte do criminoso parte da análise se o ambiente é ou não vigiado, ou seja, quanto maior a sensação de vigilância do ambiente ou do bem, maior será a sensação de ser detectado, diminuindo assim a intenção de praticar o crime. Dependendo da visibilidade do alvo, maior poderá ser a oportunidade proporcionada para a realização do crime (LOPES; SANTOS; HOFFMANN, 2012).

Em relação ao acesso, considera-se que é a facilidade do agente infrator em chegar ao alvo. Se no ambiente, o criminoso percebe facilidade de acesso e de saída, o alvo torna-se mais fácil de ser atingido. Isso trata-se de como o criminoso chegará ao alvo, considerando posição das ruas, colocação de objetos perto das portas, portões abertos ou outras facilidades (FELSON, CLARKE, 1998).

Além disso, considerando que os alvos do crime são objetos, cabe discorrer que eles possuem diferentes níveis de risco de serem alvos de crimes. Através do acróstico CRAVED (em inglês) é possível verificar seis características próprias que aumentam o risco sobre um alvo: ocultável (concealable), removível (removable), disponível (available), valioso (valuable), atraente (enjoyable) e acessível (disposable) (CLARKE, 1999).

Ocultáveis são os bens que podem ser escondidos nos bolsos, sacolas ou mochilas e por isso são mais vulneráveis; Removíveis são os bens que pelas suas características podem ser transportados facilmente pelo criminoso; Disponibilidade trata-se dos bens que estão mais disponíveis para consumo, por isso tornam-se mais atraentes; Valioso é o bem que pode ser convertido em grande valor para criminoso, tornando-os mais desejáveis; Atraentes são os produtos que tendem a ser mais agradáveis de se ter ou de se consumir, por isso tornam-se alvos em grande escala; E acessíveis são aqueles que os ladrões tem maior facilidade de venda, por essa razão fáceis de convertê-los em dinheiro, mesmo que não tão valiosos (LOPES; SANTOS; HOFFMANN, 2012).

Percebe-se que são inúmeras as técnicas de prevenção situacional utilizadas nas instalações de risco, entretanto, cada estabelecimento irá apresentar problemas com características peculiares, os quais exigem ações de prevenção específicas. Assim, para orientar as decisões e escolhas dos gestores de segurança pública, há a necessidade da existência de um processo capaz de registrar e analisar todos os dados colhidos, gerando informação suficiente acerca das instalações de risco e dos problemas encontrados em tais locais, orientando todas as ações policiais para prevenir a ocorrências de novos crimes.

## **2.5 O Business Intelligence e sua aplicação como instrumento de suporte ao processo decisório**

Durante a evolução tecnológica do século passado conhecemos os primeiros computadores, máquinas que surgiram com a função de apoiar os humanos na solução de

problemas. Barbieri (2011) explica que, entretanto, essas tecnologias tiveram pouca ênfase no campo negocial.

Para entender melhor o processo evolutivo dessas tecnologias e sua aplicação à administração empresarial, Barbieri (2011) discorre que o início decorreu da gerência de dados (*data management*) nos anos 1970 até a chegada da era da gerência da informação (*information management*) em que surgiram os primeiros depósitos de recursos informacionais como *data warehouse* e *data marts*. Atualmente, nos encontramos na fase da gerência do conhecimento (*knowledge management*) em que outras variáveis se aplicam para gerar conhecimentos.

Assim, através da coleta e da transformação de dados, as empresas passaram a construir conhecimento organizacional para orientar o processo de tomada de decisão na busca de seus objetivos. Emerson Batista (2004, p. 22) explica que “o conjunto de tecnologias que disponibilizam os meios necessários à operação do processo decisório em qualquer organização por meio de processamento de dados disponíveis” são conceituados como Sistemas de Informação. Dessa forma, a utilização de Sistemas de Informação com o objetivo de gerar conhecimento empresarial deu origem ao conceito de *Business Intelligence* o qual é considerado por Batista (2006, p. 121) como o “conjunto de ferramentas e aplicativos que oferecem aos tomadores de decisão possibilidade de organizar, analisar, distribuir e agir, ajudando a organização a tomar decisões melhores e mais dinâmicas”.

Da mesma forma, Gordon e Gordon (2011) explicam que a utilização de *Business Intelligence* busca aumentar a vantagem competitiva de um negócio usando os dados de forma inteligente para tomar decisões melhores e com mais rapidez. Basicamente, pode-se dizer que após o processamento dos dados é possível obter informações pertinentes sobre um determinado processo, sendo que a correta utilização dessas informações gera conhecimento institucional.

Nesse sentido, Silva (2010, p. 48) explica que a “eficiência vem do fato de que as decisões partem de dados que são analisados. Ao invés de decidir por intuição ou pela percepção do que acontece, a decisão é baseada em informações, em dados que são colhidos no próprio negócio e fora dele”. Assim, a utilização do *Business Intelligence* possibilita a utilização eficiente de todo o conhecimento organizacional.

### 2.5.1 As principais tecnologias ligadas a Business Intelligence

Atualmente, existem vários sistemas ligados a *Business Intelligence*, entretanto, o BI está tradicionalmente associado a três tecnologias: *Data Warehouse*, *Data Mining* e *Online Analytical Processing*.

O primeiro passo para a construção de um BI passa pela aquisição de dados, sendo que os sistemas de informações são boas ferramentas para coletar dados

(GORDON; GORDON, 2011). Neiverth (2007, p. 15) ensina que “esses dados precisam estar em um local a disposição das ferramentas de análise dos sistemas de informação”.

Para Sigh (2001, p. 12) *Data warehouse* é o “processo de integração dos dados corporativos de uma empresa em um único repositório a partir do qual os usuários finais podem facilmente executar consultas, gerar relatórios e fazer análises”. Nesse sentido, os sistemas de *Data Warehouse* (ou depósito de dados) são capazes de armazenar todos os dados possíveis, disponibilizando a pesquisas de informações que dão suporte à decisão dos gestores.

Por seguinte surge o conceito de *Data Mining* ou garimpagem de dados é considerada uma prática recente no mundo da computação. Gordon e Gordon esclarecem que *Data Mining*:

é o uso de software para extrair informações anteriormente desconhecidas, inesperadas e potencialmente úteis a partir dos dados. [...] A mineração de dados ajuda a organizar as informações através da análise de enormes quantidades de dados, procurando padrões, tendências, associações, irregularidades, exceções e mudanças nos dados que são demasiado complicados para a detecção humana normal. (GORDON; GORDON, 2011, p. 261).

A garimpagem de dados utiliza técnicas de recuperação de dados, reconhecimento de padrões e de criação de estatística para procurar correlações entre diferentes dados que permitam adquirir um conhecimento benéfico para orientar as ações das instituições.

Já a ferramenta de OLAP (*Online Analytical Processing*) ou processo analítico em tempo real é uma ferramenta que possibilita uma análise dinâmica de grandes quantidades de dados em várias perspectivas diferentes. Assim, as ferramentas de OLAP permitem consultas aos bancos de dados, bem como permite realizar análises dos dados para o apoio à decisão.

Gordon e Gordon (2011, p. 262) explicam que o OLAP “permite que os usuários analisem dados multidimensionais fácil e rapidamente”. Os autores citam que é possível ao analista dos dados realizar em pouco tempo a comparação de vários dados em um certo período de tempo, ou seja, seria uma ferramenta muito útil para os gestores de segurança pública ao realizar uma análise criminal em determinado ambiente durante certo período de tempo, inclusive realizando comparação entre as espécies de crime e as variações ocorridas entre as taxas criminais. Ainda, se houver conhecimento organizacional de que na mesma área já houve a aplicações de estratégias de prevenção situacional, poder-se-ia criar uma relação de diminuição ou aumento da criminalidade no local vinculada às ações já realizadas.

## 2.6 A gestão operacional de BI na PMSC para planejamento e execução de ações de prevenção situacional

A Polícia Militar de Santa Catarina, através de seu Plano de Comando estabeleceu como uma de suas metas, dentre as tecnologias da informação e da comunicação, a “disseminação da utilização do *Business Intelligence* na corporação como suporte ao processo de tomada de decisão” (SANTA CATARINA, 2013, p. 30).

Foi implantado pela corporação a plataforma de BI denominada QLIKVIEW a qual é capaz de guiar os gestores da Polícia Militar no processo de tomada de decisão tanto no âmbito estratégico, gerencial ou operacional, o que o torna uma ferramenta de vital importância para orientar as ações da PMSC (SANTA CATARINA, 2013).

No exercício das atividades de segurança pública, Silvio Ricardo Alves ratifica que o *Business Intelligence*:

é um valioso suporte às atividades policiais operacionais (policciamento ostensivo e investigação), visando subsidiar pronta resposta das autoridades operacionais às ocorrências criminais surgidas num determinado momento e lugar (reconstrução da prática e processos de tomada de decisão). (ALVES, 2004, p. 49).

Dentro da esfera operacional, que nos interessa nesse trabalho, o *Business Intelligence* já é utilizado na elaboração e execução de ações preventivas. Já dentro da esfera de ações de prevenção situacional, o *Business Intelligence* pode auxiliar os gestores da PMSC a gerir e controlar os ambientes físicos em que ocorrem os crimes, bem como criar estratégias de proteção de alvos.

Para tanto, cabe enfatizar o que já foi dito por Clark e Eck (2012) a respeito da correta análise dos fatos para a identificação das instalações de risco como aspecto crucial ao sucesso das ações de prevenção situacional, razão pela qual o suporte de sistemas de BI é indispensável. Assim, a análise do aplicativo de BI “Gestão Operacional SISP” da PMSC é essencial para saber se através dele é possível identificar “*hot spots*”, instalações de riscos e os problemas que geralmente afligem esses locais gerando oportunidades para a prática de crimes.

Dentro da plataforma de BI escolhida pela PMSC existe o aplicativo de BI “Gestão Operacional SISP” o qual é composto por nove abas analíticas que mostram dados processados de acordo com as informações que se deseja obter. Tais abas de análise de dados são: aba de quadro geral; aba de ocorrência; aba de análises espaciais; aba de análises temporais; aba de envolvidos; aba de atendentes; aba de providências adotadas; aba de meios empregados e; aba de ambientes.

Importante salientar que todas as abas mostram informações importantes para que se possa criar um perfil do crime em um determinado ambiente em um período de tempo, haja vista que cada aba mostra informações acerca de crimes cometidos, do perfil dos envolvidos e das providências adotadas pela instituição PMSC. Assim, é

possível visualizar gráficos com números de ocorrências por região, verificar quais as ocorrências mais frequentes na região, identificar a faixa etária, sexo, grau de instrução, nacionalidade e grau de participação dos envolvidos no crime, policiais atendentes, providências adotadas pela PMSC.

Entretanto, as abas que podem ser consideradas de vital importância para o gestor que deseja implantar ações de prevenção situacional são as abas de análises espaciais e de análise de ambientes. A aba de análises espaciais permite verificar as espécies de crimes que acontecem no espaço geográfico de cidades, bairros e até logradouros, permitindo verificar os locais que mais suscetíveis a ocorrência de crimes, ou seja, os *hot spots*. Entretanto, através dessa aba do BI não é possível determinar quais são as instalações de risco que mais sofrem com a prática de crimes e que realmente colaboram para o alto índice de criminalidade em tais áreas geográficas. Para obter tais informações, o próprio gestor deve acessar todos os boletins de ocorrência gerados no SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública), os quais possuem maior quantidade de dados sobre a ocorrência do crime que não foram processados nem disponibilizados para visualização na ferramenta de BI.

Em locais que há um grande número de ocorrências policiais, demandaria muito tempo e esforço do gestor PM para coletar e verificar dentro dos *hot spots* quais as instalações de risco e suas características que geram oportunidades para a prática do crime.

Já para maior detalhamento do local das ocorrências, a aba de análise de ambientes demonstra-se útil ao ponto que é possível detalhar os tipos de ambientes que ocorrem crimes através de filtros como: a) localidade das ocorrências (ex: interior de ambiente ou via pública); b) ocorrências por localidade (ex: comércio, escola, residência, transporte, veículos); c) classe de ambiente (comércio de jóias, comércio de calçados, comércio de vestuários); d) ocorrências por hora de funcionamento (ex: diurno, noturno, 24 horas); e) tipo de eventos; f) intensidade de circulação de veículos; g) intensidade de circulação de pessoas; h) existência de iluminação artificial e; i) presença de desordem.

Entretanto, a aba de análise de ambientes somente dá uma visão geral e estatística de todos os ambientes vitimados pelo crime, não possibilitando ao gestor PM a análise detalhada dos ambientes existentes nos *hotspots*, para assim permitir o conhecimento das principais vulnerabilidades das instalações de riscos ali existentes. Da mesma forma, para ter acesso a tais informações se faz necessário o acesso dos boletins de ocorrência gerados no SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública).

Ainda, há que se analisar se tais informações colhidas são suficientes para auxiliar o gestor PM na formulação de ações de prevenção situacional, haja vista que não existe ampla coleta de dados acerca de características mais específicas de cada local de crime como, por exemplo, se há controle dos pontos de entrada e saída, controle de armas, existência de vigilância formal e natural, facilidade de acesso e remoção dos alvos, existência de álcool e drogas.

## 2.7 Visita preventiva e atendimento preventivo pós-crime como suporte para a aplicação do BI no planejamento de ações de prevenção situacional

Não é possível dissociar uma efetiva aplicação do BI “Gestão Operacional SISP” da PMSC do processo de coleta de dados acerca das instalações de risco e suas principais vulnerabilidades que criam oportunidades para o cometimento do crime. Na PMSC, a única fonte de dados acerca dos locais que acontecem eventos criminais é o Boletim de Ocorrência lavrado pelos policiais militares e inserido no SISP, entretanto não são coletados todas os dados necessários para gerar informação acerca das oportunidades criminais ali existentes.

Porém, a PMSC já possui outras ferramentas capazes de coletar uma quantidade maior de dados sobre as várias instalações de risco existentes em um *hot spot*. É o caso das visitas preventivas e dos atendimentos pós-crimes regulamentados pelo manual de padronização de procedimento operacional da PMSC (SANTA CATARINA, 2012) após aprovação pela Portaria nº 59 de 24 de janeiro de 2012 do Comando Geral da PMSC.

Os POP’s nº 104 e nº 105 do Manual de padronização de procedimento operacional da Polícia Militar de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2012) regulamentam as ações de visitas preventivas em residências e comércios, respectivamente, e têm a finalidade de coletar dados acerca do local visitado proporcionando ao Oficial PM informações importantes sobre as deficiências em segurança de tais locais. Através dos formulários constantes em anexo dos referidos POP’s é possível realizar o levantamento de informações sobre a identificação do local, histórico de vitimização, acessibilidade, iluminação, barreira perimetral arborização e paisagismo, visibilidade, reforço territorial ou vigilância natural, produtos e bens no local, sistemas de alarmes, equipamento de vigilância, circulação de pessoas e outras características da edificação, ou seja, informações consideradas de suma importância para o planejamento de ações de prevenção situacional. A coleta dessas informações é essencial para a definição das 25 técnicas descritas por Clarke e Eck (2012).

Já os POP’s nº 106 e nº 107 do Manual de padronização de procedimento operacional da Polícia Militar de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2012) tratam do atendimento preventivo pós-crime em estabelecimentos residenciais e comerciais onde, através do preenchimento do relatório, é possível verificar dados como a espécie do delito praticado, data e hora, bem como o *modus operandi* do delito, permitindo ao gestor saber se os delitos são praticados com o empregos de armas e ferramentas ou se houve arrobamento de vias de acesso do local vitimizado. A coleta de tais dados complementa aqueles já colhidos em registros de boletins de ocorrências inseridos no SISP, corroborando e fortalecendo o banco de dados e as informações repassadas ao Oficial PM usuário do BI.

Entretanto, para acabar com as dificuldades do processo de planejamento de ações de prevenção, não basta simplesmente ter uma ferramenta de BI em mãos e realizar a coleta de todas as informações possíveis. Essa atitude apenas irá trazer desorganização e informações desconexas para a tela do computador, razão pela qual percebe-se que o passo mais importante é encontrar e coletar os dados mais relevantes. Assim, a correta coleta de dados é imprescindível para orientar o processo de tomada de decisão do Oficial PM razão pela qual, na construção de um banco de dados sobre *hot spots* e instalações de risco não é somente necessário coletar o máximo de dados possíveis, mas também aqueles dados considerados essenciais para a análise.

A utilização dos dados coletados através das visitas preventivas e dos atendimentos preventivos pós-crime são essenciais para uma efetiva funcionalidade do BI da PMSC quando se tratar do planejamento de ações de prevenção situacional em locais suscetíveis à ocorrência de crimes.

### 3 CONCLUSÃO

A Polícia Militar exerce suas funções em caráter repressivo e preventivo. Dentre as várias espécies de prevenção, a prevenção situacional se apresenta como uma das formas de evitar a ocorrência de crimes em determinados ambientes sejam *hots spots* ou instalações de risco. Derivada das modernas teorias modernas da criminologia ambiental, a prevenção situacional é baseada na idéia de que é possível evitar incidência de crime através da manipulação dos alvos ou ambientes haja vista que os criminólogos ambientais defendem o crime como um fenômeno seletivo, que procura o lugar oportuno, o tempo idôneo, a vítima propícia.

Diante dessa premissa que Cornish e Clark propuseram 25 técnicas de prevenção situacional destinadas a modificar as situações que proporcionam a prática de crime, de forma a aumentar os esforços, aumentar os riscos, reduzir as recompensas, reduzir as provocações e remover as desculpas para o crime. Não obstante também surgiram os acrósticos CRAVED e VIVA com o intuito de descrever características dos alvos que ao serem manipuladas diminuem a incidência de crimes sobre eles. Entretanto, na realidade da PMSC são tantos alvos e ambientes suscetíveis a prática de crimes que é necessária uma ferramenta que auxilie o Oficial PM na identificação desses alvos e ambientes e suas reais vulnerabilidades, orientando-o na escolha das melhores técnicas de prevenção situacional.

Dessa forma, a PMSC já implantou uma ferramenta de *Business Intelligence* capaz de colher e analisar dados a fim de fornecer informações coerentes acerca de crimes em *hot spots*. Assim, as ferramentas de BI tem a capacidade de auxiliar nas atividades operacionais, pois analisam dados colhidos pelos registros policiais, geram informações padronizadas sobre os alvos e ambientes, mapeiam regiões geográficas de inci-

dência do crime, geram conhecimentos sobre as oportunidades do crime, bem como orientam o processo decisório das melhores ações de prevenção situacional em cada local considerado uma instalação de risco.

Entretanto, analisando os dados colhidos e as informações oferecidas pelo BI da PMSC, ainda é necessária a implantação de novas fontes de dados como relatórios de visitas preventivas e de atendimento preventivo pós-crime a fim de fornecer melhores informações aos Oficiais da PMSC, principais usuários do BI.

O aplicativo de BI da PMSC é capaz de identificar os hot spots de um espaço territorial, bem como precariamente algumas instalações de risco, mas não fornece dados suficientes para gerar conhecimento detalhado sobre as instalações de risco, razão pela qual não é possível verificar quais os problemas relacionados com a prevenção situacional que afligem tais locais proporcionando oportunidades para criminosos. Assim, visualizamos que a oportunidade de crescimento do banco de dados do BI da PMSC está na coleta de dados através das visitas preventivas e dos atendimentos preventivos pós-crime, associados aos boletins de ocorrência inseridos no SISP, como forma de aprofundamento do processo de análise sobre aspectos que possam guiar as estratégias de prevenção situacional.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Silvio Ricardo. **Análise criminal primária aplicada a atividade policial preventiva**. Florianópolis. 2004. 85 p. Monografia de Especialização – Administração em Segurança Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina.
- BARBIERI, Carlos. **BI2 - Bussines Intelligence: modelagem e qualidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BOBA, Rachel. **Crime analysis and crime mapping**. United States: Sage Publications, 2005.
- BRANTINGHAM, Paul J; BRANTINGHAM, Patricia L. **Environmental Criminology**. 2. ed. United States: Waveland Pr Inc, 1990.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional de Segurança Pública/SENASP. **Guia para prevenção do crime da SENASP**. Brasília: SENASP, 2005.
- CARVALHO, Themis Maria Pacheco de. **A ocasião faz o ladrão: Como prevenir a delinquência através do controle situacional**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. Maranhão, ano 2, n. 2, abr. 2005. Disponível em: <[http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigo2004/Ocasiao\\_ladrao.pdf](http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigo2004/Ocasiao_ladrao.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2014.

CLARKE, R. V. **Hot Products**: understanding, anticipating and reducing demand for stolen goods. Police Research Series Paper 112. Londres: Home Office, 1999.

CLARKE, R. V.; ECK, J. E. **Compreender as Instalações de Risco**. Tradução por: Chefe Evaristo Ferreira. CDPVR/SPPP, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.popcenter.org/tools/pdfs/portuguese/Compreender-as-Instalacoes-de-Risco.pdf>> Acesso em: 12 set. 2014.

FELSON, M.; CLARKE, R. V. **Opportunity Makes the Thief**: Practical theory for crime prevention. Police Research Series Paper 98. Londres: Home Office, 1998.

GÄRTNER, Anika. **Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência**. Revista Brasileira de Segurança Pública. ano 2. n. 1, jul./ago. 2008.

Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/46/44>> Acesso em: 12 set. 2014.

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. **Sistemas de Informação**: uma abordagem gerencial. Tradução por: Oscar Rudy Kronmeyer Filho. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCÁ, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantinho**: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

LOPES, Moisés José; SANTOS, William Cezar Sales dos; HOFFMANN, Maria Helena. **Conselhos Comunitários de segurança e programas de prevenção ao crime**. In: HOFFMANN, Maria Helena; HAMMERSCHMIDT, Rodrigo (orgs.). **Segurança Pública**: discurso permanente. Florianópolis: DIOESC, 2012. p. 63-89.

MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 2.ed. São Paulo: RT, 1997.

NEIVERTH, Elton Samarone de Souza Jaques. **Estudo de caso sobre Business Intelligence**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. **Plano de comando**: Polícia Militar de Santa Catarina/Santa Catarina. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. 2.ed. rev. Florianópolis: PMSC, 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Portaria n. 59 de 24 de janeiro de 2012**. Institui o Manual de procedimento operacional padrão da PMSC. Diário Oficial [do Estado de Santa Catarina], n. 19.260, 26 jan. 2012.

SAMPAIO, Álvaro Miguel do Céu Gramaxo Oliveira. **Desing against crime**: Prevenção situacional do crime em espaço urbano. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1145/1/2008001300.pdf>> Acesso em: 09 set. 2014.

SHERMAN, L. W. et al. **Preventing Crime**: What Works, What Doesn't, What's Promising. A report to the United States Congress prepared for the National Institute of Justice, 1997. Disponível em: <[http://www.rolim.com.br/2002/\\_pdfs/ing.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/ing.pdf)> Acesso em: 10 set. 2014.

SILVA, João Ricardo Busi da. **Um sistema de apoio a decisão aplicado à gestão da execução orçamentária da polícia militar de Santa Catarina**. Florianópolis. 2010. 140p. Monografia de Especialização – Gestão Estratégica em Segurança Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina.

SINGH, Harry S. **Data Warehouse: Conceitos, Tecnologias, Implementação e Gerenciamento**. 1.ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime: uma explicação para a formação do crime**. Porto Alegre: AGE, 2006.

VITO, Gennaro F.; MAAHS Jeffrey A.; HOLMES, Ronald M. **Criminology: theory, research and policy**. 2.ed. United States: Jones and Bartlett Publishers, 2007.

## AN ANALYSIS ON APPLICATION OF DATA OF BUSINESS INTELLIGENCE (BI) IN ACTIONS OF SITUATIONAL CRIME PREVENTION

### ABSTRACT

This paper aims to examine the application of Business Intelligence of Santa Catarina Military Police as support for the application of techniques of Situational Crime Prevention. To this end, we intend to conduct a search on the model of Situational Crime Prevention pursuing their concepts and their relation to theories of environmental criminology and its main techniques applied in Hot Spots and Risky Installations. Then, we seek to present information about Business such as Intelligence Data Warehouse, Data Mining and Online Analytical Processing, thus be possible to analyze the capacity of the Santa Catarina Military Police Business Intelligence application in the generation of knowledge to the planning and execution of Situational Crime Prevention actions the crime. We used the deductive research method with the purpose of providing general knowledge about the application of BI in the planning and execution of actions of Situational Crime Prevention. It is an exploratory study in which we used the literary technique to seek knowledge of Situational Crime Prevention and Business Intelligence in order to understand the relationship between the themes and analyze to what extent the application of BI in the actions of Situational Crime Prevention allows us to identify environments considered Hot Spots or Risky Installations and it's key vulnerabilities to crime. Finally, this paper also concludes the importance of Santa Catarina Military Police Business Intelligence in planning and executing actions of situational prevention, opining by expanding the database with the application of preventive visits and preventive visits post-crime.

**Keywords:** Situational Crime Prevention. Hot Spots. Risky Facilities. Business Intelligence.